O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente, Srs. Deputados, população que nos assiste pela TV Assembléia, público presente nas nossas galerias, muitos sindicalistas amigos nossos.

O SR. NIVALDO SANTANA - PCdoB - Sr. Presidente, solicito regimentalmente uma verificação de presença.

A SRA. PRESIDENTE - ROSMARY CORRÊA - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. A Presidência convida os nobres Deputados Giba Marson e Paulo Sérgio para a auxiliarem na verificação de presença ora requerida.

O SR. VINICIUS CAMARINHA - PSB - Sra. Presidente, Srs. Deputados, quero registrar as presenças da vice-Prefeita do Município de Palmital, Ismênia Mendes Moraes; da Prefeita de Salmourão, Sandra Parra e do nobre Vereador de Teodoro Sampaio, Luiz Eduardo Pereira Jr., que visitam o Parlamento Paulista neste dia trazendo as reivindicações do interior e dos seus municípios.

Sejam bem-vindos à Assembléia Legislativa do nosso querido Estado de São Paulo! (Palmas).

- É iniciada a chamada.

A SRA. PRESIDENTE - ROSMARY CORRÊA - PSDB - Srs. Deputados, a Presidência constata número regimental de Srs. Deputados em plenário, pelo que dá por interrompido o processo de verificação de presença e agradece a colaboração dos nobres Deputados Paulo Sérgio e Giba Marson.

Continua com a palavra o nobre Deputado Cândido Vaccarezza.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA - PT - Sra. Presidente, Srs. Deputados, população que nos assiste pela TV Assembléia, população que, justamente, está nas galerias pressionando para que a Assembléia não aprove a privatização da CTEEP.

Estamos discutindo, na Ordem do Dia, um projeto justo da cobrança do uso da água. Mas o debate real neste plenário é a proposta inadequada e inconsistente que o Governador Geraldo Alckmin encaminhou para esta Casa da privatização da CTEEP, dizendo que quer resolver o problema da Cesp.

Há três anos a Cesp vive uma crise profunda, fruto da má gestão dos tucanos, da dívida que empurraram para essa empresa. Há três anos, neste plenário, a Bancada do PT chama a atenção para que não é possível resolver o problema da Cesp com propostas de curtíssimo prazo ou propostas inconsistentes, que apenas pensam em tomar empréstimos para pagar a dívida.

A Cesp é a terceira geradora de energia do país, é a maior geradora de energia do Estado de São Paulo e tem um resultado operacional líquido superior a um bilhão e cem milhões de Reais, com uma dívida de treze bilhões, como disse, fruto da incompetência e da má gestão dos tucanos, combinadas com a política incorreta de privatizações que quase levou o sistema elétrico brasileiro para o buraco.

Há três anos, foram precisos mais de 400 milhões de reais para pagar a dívida da Cesp. Nenhum tostão foi para investimento. Há dois anos, foram 800 milhões e, no ano passado, foi um bilhão e cem milhões. No Governo Lula, só para salvar a Cesp, já foram entregues dois bilhões de Reais para pagar a dívida de curto prazo.

O que foi que o PSDB fez com isso? Afundou ainda mais a empresa. E agora apresenta uma proposta escandalosa de privatização da CTEEP. Ora, com a privatização da CTEEP, para o Governo vão apenas 550 milhões de reais. Neste ano, têm que ser pagos três bilhões e meio somente em relação ao que a Cesp tem que saldar.

Quero fazer um parêntese para falar um pouco da privatização. Muitos tucanos assomaram à tribuna falando da honestidade da privatização. Quem dirigiu a privatização no Estado de São Paulo foi o Governador Geraldo Alckmin.

Vou pegar o exemplo da AES e da Eletropaulo. A Eletropaulo foi vendida, inicialmente, para a Light, que era um consórcio da EDF e da AES. Como todos sabemos, a AES é uma empresa de administração temerária, falida nos Estados Unidos, inclusive aquela época. Esse consórcio tomou emprestado do BNDES 888 milhões de dólares para fazer essa primeira compra. Depois, a AES e a AES Transgás assumiram o controle acionário da Eletropaulo. Nessa operação, sem pagar o que devia ao BNDES - e o Presidente do BNDES, na época, era o Sr. José Pio Borges -, foram emprestados mais 600 milhões de dólares do BNDES para esse grupo de administração temerária chamado AES, perfazendo um total de dívida de um bilhão e duzentos milhões de dólares.

Eles perderam e, assim, esse dinheiro foi emprestado para a AES. O que foi que a AES deu em garantia por dever um bilhão e duzentos milhões de dólares para o BNDES? Ações de empresas das Ilhas Cayman, em paraísos fiscais; se a AES não pagasse, o BNDES não teria como cobrar, realizar ou vender, já que essas ações não valiam o preço do empréstimo e não tinham a quem cobrar.

Ganhamos o governo. Política séria, o Sr. José Pio Borges sai do banco e vai trabalhar para quem? Para a AES, como funcionário, não de carteira, mas dando pareceres, acompanhando a AES e orientando sobre como ela não deveria pagar o BNDES.

Isso, por si só, já é um escândalo. Tem um pedido de CPI nesta Casa. O Deputado Luciano Zica e eu fizemos uma denúncia ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público Estadual e isso está sendo apurado. O Sr. José Pio Borges trabalhou por um bom tempo para a AES, explicando como não deveria ser paga a dívida ao BNDES.

O nosso governo, tendo pulso, começou a procurar caminhos e resolveu uma parte dessa dívida assumindo o controle de uma parte das ações da Eletropaulo. Hoje a Eletropaulo é uma parte do estado brasileiro, por conta da firmeza do nosso governo.

O que tem de parecido com a CTEEP? Parece que não tem muito, mas é muito parecido. Não estou dizendo que, como na época da AES, eles inventaram comprador na outra ponta - não sabemos ainda se tem isso. Mas não tem nenhuma justificativa a privatização da CTEEP. Primeiro porque só vão 550 milhões para o Tesouro Estadual, o que não resolve o problema da crise da AES. Segundo, você não pode entregar a transmissão de energia para a iniciativa privada tomar conta 100%, porque essa transmissão de energia da CTEEP é fundamental para o sistema elétrico do Estado de São Paulo e do Brasil.

Está esquisita a forma como querem privatizar a CTEEP, de inopino, de uma hora para a outra, uma empresa que na própria visão do Governador, que era o chefe das privatizações, dizia que ela não deveria nem poderia ser privatizada porque seria entregue completamente aos interesses privados, interesses diferentes do povo brasileiro e do povo paulista.

Não tem cabimento a privatização da CTEEP. Não é ruim somente para vocês que são trabalhadores. É um crime contra o Estado de São Paulo. É um absurdo contra o sistema elétrico brasileiro. Mais do que isso, se nós da oposição apenas dissessemos não, tudo bem. No caso da Cesp, mesmo responsabilizando os tucanos por essa crise que eles geraram na empresa, com atraso na construção de obras, com má gestão, com a política de juro da época do Governo Fernando Henrique Cardoso e com desprezo por uma empresa paulista importante como a Cesp, fizemos uma proposta concreta e nomeamos o

Deputado Sebastião Arcaño, que tem se esforçado para conversar com sindicalistas, com a Ministra Dilma Rousseff, para procurar o Governo Federal para encontrarmos uma solução para crise da Cesp - mesmo sabendo que são eles os responsáveis, uma solução que envolva a sociedade paulista -, esta Assembléia Legislativa, o Governo do Estado e o Governo Federal.

Aprovamos aquele empréstimo de 1,2 bilhão do BNDES para a Cesp com a obrigatoriedade de o Governo Estadual abrir as contas, de começarmos a discutir há um ano, mais especificamente nos meses de março e abril do ano passado as contas da Cesp e uma solução de longo prazo para a Cesp. O que fez o Governador Geraldo Alckmin e o Governo do Estado? Nada. Não abriram as contas, não nos chamaram para conversar sobre o assunto, e chega agora a crise anunciada há um ano. Dissemos isso aqui do plenário, e dissemos isso na hora da votação, que precisaríamos de uma solução de longo prazo. Não tem solução de longo prazo. O que eles querem é apenas empurrar com a barriga, deteriorar as empresas e abrir mão de todo o patrimônio que o povo de São Paulo construiu com muita dificuldade.

E chega agora uma proposta sem pé nem cabeça, sem consistência nenhuma, para a privatização da CTEEP, e com argumentos esdrúxulos. Estávamos no Congresso de Comissões quando o Secretário Guardia, apresentou a seguinte proposta: com a venda da CTEEP levantaremos 550 milhões, e o BNDES empresta mais 550 milhões. Iremos ao mercado e levantaremos dois bilhões de debêntures. Eu fiz a seguinte pergunta: como vocês vão levantar dois bilhões em debêntures se a Petrobrás, quando vai ao mercado, levanta 700? Quem leu o jornal hoje viu que o Itaú, o Bradesco, o Bank Boston e o Unibanco - os quatro bancos juntos - vão fazer um levantamento de debêntures, dando um total de oito bilhões de debêntures. Como a Cesp, com uma dívida deste tamanho, vai levantar dois bilhões? Mostra a inconsistência, a falta de responsabilidade com uma proposta dessa. É um crime para o Estado, para São Paulo.

Tenho 17 minutos para falar ainda. Sendo assim, gostaria de passar o restante do meu tempo ao Deputado Sebastião Arcaño, indicado pela liderança e pela bancada para coordenar este debate aqui no plenário e para coordenar a proposta que o PT tem e que hoje apareceu pela metade - o governo dizendo que uma parte era proposta dele, que foi a proposta que fizemos aqui na bancada.

Tem como resolver este problema sem privatizar a CTEEP. O Estado de São Paulo tem empresas sadias, como a Nossa Caixa, como a CTEEP, como a EMAE. (Manifestação nas galerias.) E nós podemos fazer uma holding com todas as empresas de São Paulo, com isso se dilui essa dívida, e temos condições de continuar com o controle da empresa e com a CTEEP inteira, dando lucro, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do Estado de São Paulo. E essa empresa, inteira, dando lucro e contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do Estado de São Paulo e do Brasil, tem uma solução positiva para nós diante dessa crise.

A SRA. PRESIDENTE - ROSMARY CORRÊA - PSDB - Esta Presidência anuncia a presença do Vereador Márcio Garcia, de Ilhabela, acompanhado pelo nobre Deputado Orlando Morando. Receba as homenagens do Poder Legislativo. (Palmas.)

Tem a palavra o nobre Deputado Sebastião Arcaño.

O SR. SEBASTIÃO ARCANJO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Concedo um aparte ao nobre Deputado Vanderlei Macris.

O SR. VANDERLEI MACRIS - PSDB - Agradeço o aparte, nobre Deputado Sebastião Arcaño. Na verdade, gostaria de ter apartado o nobre Deputado Cândido Vaccarezza, para que pudéssemos estabelecer um debate sobre esta questão, até porque o Governo do Estado, no momento em que precisou tomar uma posição em relação a essa questão da dívida da Cesp, tinha alguns caminhos a buscar.

E o primeiro movimento que o governo fez nessa direção - até porque o governo precisava ser responsável nessa questão, só pena de se aproximando as datas de pagamentos que precisamos ser feitos, com a responsabilidade que um governo precisa ter para tratar as questões do estado -, foi de aceitar que o projeto que hoje está em tramitação nesta Casa, antes mesmo pretendente o governo de remetê-lo a esta Casa antes do recesso parlamentar, ainda no mês de dezembro, o Governador, diante da situação, imaginou poder convocar a Assembléia Legislativa para debater o assunto de maneira extraordinária. E atendendo pedido da oposição, especialmente do Partido dos Trabalhadores, o governo recuou desta proposta para estabelecer uma negociação, para estabelecer uma dinâmica de conversas, a fim de que pudéssemos juntos, governo e oposição, buscar uma solução para o problema.

O que fez o Governo do Estado? Recebeu em audiência a oposição, representada pelo Deputado Cândido Vaccarezza, que esteve com o Governador Geraldo Alckmin - audiência que eu participei, particularmente -, e ele pode expressar ali as preocupações que tinha em relação a Cesp.

Elegeu-se o foro de discussão, integrado pelo Secretário Mauro Arce, da Energia, pela liderança do Governo nesta Casa, pela Presidência da Assembléia e por mais líderes que quisessem participar, para estabelecermos um debate e buscarmos uma saída para esse processo.

Fizemos essa reunião durante o mês de janeiro nesta Casa. Eu participei, o Deputado Cândido Vaccarezza, inclusive V.Exa. dentre outros Deputados. Foi uma discussão madura, buscando um caminho para a solução do problema da Cesp.

Naquele momento, o Governo informou aos líderes partidários da oposição que o BNDES analisava uma proposta capaz de equacionar o problema. Só que diferentemente do que ocorreu no ano passado, quando o BNDES deu condições para que a dívida da Cesp pudesse ser renegociada. Esse é o histórico, Deputado Sebastião Arcaño. Nessa reunião ficou muito claro: vamos ver outras propostas da oposição para a solução do problema. O que não pode é o Governo ser irresponsável e não buscar uma solução, pois daqui a pouco as dívidas vão vencer. Temos compromisso com credores nacionais e internacionais, com o próprio BNDES e o Governo precisa pagar e não existe condição orçamentária para fazer o pagamento.

Precisamos encontrar uma solução adequada, com menos palanque político e mais responsabilidade. Queremos ouvir a oposição. Todos sabem da informação de que poderíamos federalizar a Cesp. Essa foi uma proposta que partiu do Deputado Cândido Vaccarezza. O Governo considerou uma boa proposta e disse "Vamos formalizá-la e discutir." Só que essa proposta não aconteceu.

Temos outra proposta: fazer uma grande holding. Onde está a proposta? Põe na mesa para debatermos. O Governo está aberto a buscar alternativas, mas ele não pode deixar de garantir uma dinâmica capaz de buscar, por si, a solução do problema, caso não ocorra uma proposta suficientemente madura para resolver o problema da Cesp. Não é um problema qualquer, mas de um bilhão e 500 milhões de reais.

Quero recuperar um pouco o histórico dessa questão a fim de estabelecermos um debate maduro e responsável. A Assembléia já foi chamada e sabe do problema já há meses e estamos debatendo a proposta em plenário. O Governo está aberto, desde que a proposta seja apresentada para que posamos debater. Esse é o momento adequado de debatermos e discutirmos as questões ligadas ao interesse da Cesp no Estado de São Paulo.

Fica assim o esclarecimento para recompor um pouco a história desse processo.

O SR. SEBASTIÃO ARCANJO - PT - Deputado Macris, foi bastante oportuno ter concedido o aparte, pois iniciamos o debate nesta tarde sugerindo aos Deputados, sobretudo aos que estavam aqui no início do processo de privatização em São Paulo, que passássemos a limpo essa história toda e quem sabe construir uma nova proposta que pudesse responder ao desafio lançado por Vossa Excelência. Vamos, portanto, recolocar a história por inteiro.

Primeiro, com relação às propostas que discutimos no final do ano e no início de 2005. Por que não votaram um projeto desta importância no final do ano?

Todos os senhores sabem que no final do ano estávamos debatendo o Orçamento. E esta proposta e as contas do Sr. Governador eram as únicas matérias, do ponto de vista regimental, que poderiam ser discutidas.

A nossa opinião é de que a Assembléia votar um projeto dessa importância no final do ano não seria educativo para a população de São Paulo. No apagar das luzes, enquanto muitos estavam preocupados com o Natal e o Ano Novo, estávamos aqui debatendo um projeto da importância da CTEEP, que poderá ser privatizada e conseqüentemente a Cesp.

Para nós era importante fazer esse debate durante o período regular de funcionamento da Assembléia Legislativa. Parece-me que esse período, que se iniciou a partir de 1º de fevereiro, é o mais adequado para tratarmos deste debate às claras, diferentemente do que foi realizado em 95, quando esta Casa aprovou a privatização das empresas e o PED às quatro horas da manhã, com as luzes quase todas apagadas e com a Assembléia cercada de policiais. Trouxe desemprego, tarifas abusivas. Mais do que isso: não solucionou o problema da Cesp.

O Deputado Macris questiona as bancadas de oposição: PT, PCdoB, PMDB, e desejamos contar, para essa tarefa, com o novo núcleo político que se articula nesta Casa para que nós, que não estávamos aqui, pudéssemos debater esse tema de fundamental importância para o futuro de São Paulo.

Parece-me que os Deputados da situação, o Deputado Macris inclusive, não leram as emendas que apresentamos. Fizemos questão de ler as emendas no Congresso de Comissões. Os sindicalistas estão aqui, apresentaram emendas. O Deputado Campos Machado apresentou também emendas. Ocorre, porém, que os senhores, por 15 a seis, derrotaram todas as emendas que visavam manter a CTEEP como uma empresa pública. Os senhores derrotaram a nossa emenda que propõe a retirada da Cesp e da CTEEP do programa de privatização do Estado de São Paulo, condição número um para discutir inclusive a hipótese de federalização da Cesp. O que não dá é para federalizar a Cesp e deixá-la no PED para vocês entregarem à iniciativa privada. Mas não vamos fazer isso nem com a Cesp nem com a CTEEP. (Manifestação nas galerias.)

Nós apresentamos emenda. Eu digo "nós" porque ela foi assinada por um conjunto extraordinário de Deputados desta Casa. Falamos de holding. O Governador de São Paulo disse no jornal "Valor", o mesmo jornal que anunciou a possível privatização da CTEEP, fazendo as ações dessa empresa dispararem no mercado, o mesmo jornal que deu credibilidade ao mercado, cobra credibilidade e sinceridade do Governo e da sua bancada, se deseja ou não privatizar a CTEEP.

E para fazer isso é simples. Nós já apresentamos a proposta hoje. Basta apenas os Srs. Deputados sugerirem que o Governador retire esse projeto de pauta e apresente um novo projeto, retirando e suspendendo o PED, assimilando, já que o Governador abriu a temporada de plágio, de copiar idéias, conforme sugerido pelo Deputado Renato Simões, a idéia da holding que apresentamos como emenda no Congresso de Comissões.

E o que fez o Deputado Macris e a bancada comandada por ele? Rejeitou também por 15 a 5 a emenda que previa a constituição de uma holding. Como estamos em processo de debate, penso que é possível, se a intenção do Governo é salvar a Cesp, preservar a CTEEP, o que sobrou do setor elétrico e o que sobrou do setor de saneamento e a Sabesp, a própria Caixa Econômica do Estado, a EMAE e outras empresas - resolver isso constituindo uma holding, como bem indicou desta tribuna o nosso Líder Vaccarezza, com os ativos dessas empresas, salvando, portanto, a Cesp e evitando a privatização e a entrega do patrimônio.

Se não houvesse pressa para aprovar este projeto e se os senhores tivessem lido com atenção as nossas emendas, a solução que V.Exa. está cobrando estava na emenda apresentada nesta Casa, que lamentavelmente os senhores rejeitaram no Congresso de Comissões. Bastava uma leitura atenta, porque aquela emenda garantiria, ainda que os senhores fossem vencedores aqui, ainda que vocês ganhassem no voto, no debate e no número, assimilando aquela emenda, as portas para a constituição de uma holding estavam abertas. Mas basta o Deputado Macris acompanhar o que estamos fazendo, que é assinar como líder do Governo, orientar o líder do PSDB, do PFL, do PTB, do PPS, do PL e dos outros partidos a assinarem a emenda aglutinativa que estamos apresentando, neste momento, para constituir a holding que V. Exa. está sugerindo.

E vamos dizer ao povo de São Paulo que o Governador de São Paulo, pela primeira vez falou a verdade sobre o setor elétrico. Mas, como bem lembrou o Deputado Nivaldo Santana, ele também disse no início de seu novo mandato que iria suspender o PED. E esqueceu. Pode ser que amanhã o Governador de São Paulo Geraldo Alckmin esqueça o que disse nos jornais de hoje - do Brasil inteiro - dizendo que não quer privatizar e que quer constituir uma holding.

Estamos inteiramente à disposição para discutir a constituição de uma holding. E sabe o Deputado Macris, sabe o Governador de São Paulo, que estivemos reunidos com o Presidente Lula, com a Ministra de Minas e Energia, com o Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu, e vamos nos encontrar com o Presidente do BNDES na próxima semana para discutir uma proposta de fato, verdadeira, que possa solucionar o problema da Cesp, da CTEEP e das outras empresas estatais.

Para que a pressa de votar este projeto na calada da noite, com convocação de sessão extraordinária, como os senhores estão sugerindo? Porque perderam hoje quando tentaram inverter a pauta e começar a discutir a CTEEP na Ordem do Dia, no momento que penso que é mais importante, com transmissão pela televisão, para que todo o povo de São Paulo possa ver os votos que os senhores vão dar daqui a alguns instantes se continuarem nesta sanha privatizante?

Disse aqui, nesta tribuna, o Deputado Campos Machado, quando se abriu o debate sobre o projeto que trata da cobrança pelo uso da água, que não quer patrocinar lobby de empresários da Fiesp, o que foi o processo de privatização aqui da Cesp, da CPFL, da Eletropaulo em 95. Quem estava na tribuna, quem estava aqui no plenário sabe que o Deputado Erasmo Dias denunciou que houve uma reunião no Maksoud com Deputados, com empresários para privatizar essas empresas, encomendar a venda desse patrimônio para interesses privados e interesses estrangeiros, inclusive, sem colocar dinheiro porque o BNDES emprestou, eles não pagaram a dívida e hoje o BNDES está tendo que socorrer a Eletropaulo, que não consegue prestar serviços, não consegue atender, e demitiu mais de 50% de seus trabalhadores.

É isso que a Assembléia quer continuar patrocinando? (Manifestação nas galerias.) É essa aventura que os Deputados de São Paulo querem continuar patrocinando? Dizer que quer construir um caminho para o projeto do uso da água? Ora, faz oito anos que este projeto está sendo discutido nesta Casa. Oito anos! Queremos construir uma saída para a Cesp. Agora, é possível que o mesmo Deputado venha aqui e peça mais tempo - já faz oito anos que está sendo discutido - para construir uma forma de votação que privilegie os interesses do povo de São Paulo sem os lobbies, sem as empreiteiras, sem os interesses menores e queira enterrar quatro bilhões em 15 minutos aqui nesta Casa, que é o valor da CTEEP hoje no mercado? Em 15 minutos, em votação sumária, como V. Exas. fizeram no congresso de comissões?

Isso nós não vamos permitir, Deputado Macris. E vamos resistir até o último minuto. E queremos desafia-lo: se é verdade o que está no jornal hoje, assinse a emenda aglutinativa. Tire a Cesp do programa de privatização. Constitua uma holding com os ativos do Governo do Estado de São Paulo. Utilize o excesso de arrecadação que o Governo teve neste ano, de mais de quatro bilhões, para ajudar a sanear a Cesp, fortalecer essa importante empresa e privilegiar a CTEEP como importante empresa de transmissão, que é modelo para este país. O povo de São Paulo tem que lutar para defender esta empresa até apagarem as luzes deste plenário, caso vocês estabeleçam o mesmo ritual utilizado nas outras privatizações.

Voltamos depois para falar sobre o processo da Eletropaulo.

O SR. GIBA MARSON - PV - Sr. Presidente, solicito regimentalmente uma verificação de presença.

A SRA. PRESIDENTE - ROSMARY CORRÊA - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Convido os nobres Deputados Nivaldo Santana e Giba Marson para auxiliarem a Presidência na verificação de presença ora requerida.

- É feita a chamada.

O SR. RENATO SIMÕES - PT - Sra. Presidente, enquanto a

Secretaria providencia os trabalhos de apuração da presença dos Srs. Deputados, solicito a V. Exa. a seguinte informação: há requerimentos ainda a serem considerados com relação à prorrogação dos trabalhos? Seria possível, antes da apresentação do resultado da verificação de presença, procedermos à votação do requerimento do nobre Deputado Vanderlei Macris, a respeito da prorrogação dos trabalhos por duas horas e trinta minutos? E gostaria de saber também se é regimental que Deputados presentes em plenário não constem como presentes na lista de verificação, ou seja, se serão consideradas também as presenças de Deputados que presentes agora em plenário e que não responderam à chamada, e se ainda haverá tempo de outros Deputados fazerem a sua justificativa, já que eles estão presentes em plenário.

A SRA. PRESIDENTE - ROSMARY CORRÊA - PSDB - Nobre Deputado Renato Simões, esta Presidência já constatou a falta de quorum. Portanto, regimentalmente, não é possível fazer nenhuma deliberação, inclusive a deliberação de prorrogação.

Segunda pergunta de V. Exa., todos os Deputados que assinaram a lista e não responderam terão falta e poderão justificar, porque os senhores sabem que cada Deputado tem direito a justificar quatro faltas. Respondida a sua pergunta. E agora, se V.Exa. desejar, posso pedir ao Secretário que faça a leitura dos Deputados que responderam à verificação de presença.

O SR. RENATO SIMÕES - PT - O meu entendimento difere um pouco do de V.Exa. no que diz respeito à justificativa de presença. Eu perguntaria a V. Exa. se aqueles que assinaram a lista de presença e não estão presentes poderão também justificar ou apenas aqueles que não estavam presentes, consignados na lista de presença, e que, portanto, poderiam aboná-la, dentro do critério das quatro faltas.

A SRA. PRESIDENTE - ROSMARY CORRÊA - PSDB - Este entendimento não é desta Deputada que neste momento ocupa a Presidência. É o entendimento do Regimento da Casa e, portanto, os Srs. Deputados terão falta e poderão aboná-las, conforme o Regimento. Pergunto a V.Exa. se faz questão que o Secretário leia os Deputados que responderam à chamada.

O SR. RENATO SIMÕES - PT - Eu gostaria de ouvir.

O SR. SECRETÁRIO - GIBA MARSON - PV - Deputados Adriano Diogo, Ana Martins, Baleia Rossi, Carlos Neder, Conte Lopes, Donisete Braga, Giba Marson, Hamilton Pereira, José Zico Prado, Nivaldo Santana, Renato Simões, Roberto Felício, Rosmary Corrêa, Sebastião Almeida, Sebastião Arcaño e Simão Pedro.

A SRA. PRESIDENTE - ROSMARY CORRÊA - PSDB - Srs. Deputados, responderam à verificação somente 16 Srs. Deputados, número insuficiente para continuidade dos nossos trabalhos.

A Presidência, antes de levantar a sessão, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, com a mesma pauta da sessão de hoje, lembrando ainda da sessão extraordinária a realizar-se hoje, 60 minutos após o término desta sessão.

Prejudicados os requerimentos de prorrogação de prazo. Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 18 horas e 32 minutos.

Atos Administrativos

ATO DA MESA

DE: 11.03.2005

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições,

CONSIDERANDO a conclusão, com êxito, da etapa de criação do Portal da ALESP na Internet, com a introdução de ferramentas especializadas para a gestão de conteúdos e interatividade, bem como a migração do sítio atual, nos termos do trabalho do Comitê constituído para o Projeto;

CONSIDERANDO a necessidade de desenvolver, plenamente, todas as potencialidades do Portal como instrumento de comunicação, participação e modernização do Poder Legislativo paulista e, ainda, como ferramenta de gestão de conteúdos, de conhecimento e de trabalho; e

CONSIDERANDO, finalmente, a importância de se definir os paradigmas, de médio e longo prazo, elaborar os critérios de inclusão e exclusão de conteúdos, definir os níveis de acessibilidade e consolidar o Portal da ALESP como um projeto estratégico de inserção pró-ativa do Parlamento paulista na sociedade informacional, DECIDE:

Artigo 1º - Fica criado o Comitê Executivo do Projeto Portal da ALESP, vinculado à Mesa Diretora, com o objetivo de elaborar, no prazo de 12 (doze) meses, as propostas de planejamento estratégico e o plano de trabalho para a implementação e consolidação do Portal, dando continuidade à etapa de criação, com a seguinte composição:

I - Secretário Geral de Administração;

II - Secretário Geral Parlamentar;

III - Diretor do Departamento de Informática e Desenvolvimento Organizacional;

IV - Diretor do Departamento de Comissões;

V - Diretor do Departamento de Documentação e Informação;